

CRISES HUMANITÁRIAS E MODOS DE HABITAR EM CABO DELGADO

Continuidades e rupturas no contexto do reassentamento

*HUMANITARIAN CRISES AND WAYS OF INHABITING
IN CABO DELGADO*
Continuities and ruptures in the context of resettlement

**Miguel Maria Ribeiro da Silva¹,
Clara Luiza Miranda², Liziane de Oliveira Jorge³**

Resumo

Considerando que crise humanitária em Cabo Delgado, marcada pela sobreposição do conflito armado desde 2017 e de eventos climáticos extremos recorrentes, tem provocado deslocamentos massivos e profundas rupturas nos modos de habitar, objetiva-se analisar como esses efeitos combinados reconfiguram a organização espacial, material e cultural das moradias em contextos de reassentamento. Para tanto, adotou-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica, relatórios institucionais, estudos de caso e entrevistas com técnicos envolvidos na reconstrução. Desse modo, os resultados apontam a vulnerabilidade sobreposta como ruptura central, expressa no dilema material e espacial, ao mesmo tempo em que revelam a resiliência cidadã diante da falha estrutural das políticas públicas, o que permite concluir que a reconstrução deve dialogar com a arquitetura vernacular e práticas de design social, promovendo soluções habitacionais culturalmente enraizadas, tecnicamente resilientes e socialmente justas.

Palavras-chave: crises humanitárias; reassentamento; modos de habitar.

Abstract

Considering that the humanitarian crisis in Cabo Delgado, marked by the overlap of armed conflict since 2017 and recurring extreme weather events, has caused massive displacement and profound disruptions in ways of living, the objective is to analyze how these combined effects reconfigure the spatial, material, and cultural organization of housing in resettlement contexts. To this end, a qualitative, exploratory and descriptive approach was adopted, based on a literature review, institutional reports, case studies and interviews with technicians involved in the reconstruction. Thus, the results point to overlapping vulnerability as a central disruption, expressed in the material and spatial dilemma, while revealing citizen resilience in the face of structural failures in public policies. This leads to the conclusion that reconstruction must dialogue with vernacular architecture and social design practices, promoting culturally rooted, technically resilient, and socially just housing solutions.

¹ Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFES), Mestre em Design e Multimídia (Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique/2018). Email: slayribeiro@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4152-7917>.

² Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP/2004). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: claravix50@gmail.com, ORCID: <http://lattes.cnpq.br/9723975125785156>.

³ Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP/). Professora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (UFES). Email: lizianej@gmail.com, ORCID: <http://lattes.cnpq.br/9337220113834468>.

Keywords: humanitarian crises; resettlement; ways of living.

Introdução

A província de Cabo Delgado, em Moçambique, tem sido o epicentro de uma crise humanitária complexa e multifacetada desde outubro de 2017. A violência, protagonizada por grupos armados localmente conhecidos como al-Shabab (International Crisis Group, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.), tem raízes profundas em desigualdades socioeconômicas, marginalização da juventude e descontentamento, agravados pela exploração de recursos naturais, como rubis e gás, e pelo tráfico ilícito (Chadrique, 2025; Amaral, 2022; Abellán & Guereña, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.). O conflito escalou significativamente em 2019 e 2020, com ataques a aldeias e cidades, culminando na invasão de Palma em março de 2021, que interrompeu projetos de desenvolvimento de gás importantes (International Crisis Group, 2021; Abellán & Guereña, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.). Autores como Chadrique (2025); Chaimite (2024); International Crisis Group, (2021); Alberdi *et al.* (s.d.) consideram que essa instabilidade reflete uma problemática histórica no país, onde tensões e exclusões de longa data moldam a dinâmica atual.

A dimensão desta tragédia é evidenciada por dados alarmantes, sendo mais de 4.398 vítimas fatais foram registradas até junho de 2022 (Alberdi *et al.*, s.d.), com cerca de 1 milhão de pessoas deslocadas internamente até o período de um estudo, das quais 46% eram crianças (Almeida, 2024; Elias *et al.*, 2023). A infraestrutura foi devastada, com 39.133 casas destruídas e 13.343 danificadas pelo ciclone Chido em Cabo Delgado (OCHA, 2024; OIM, 2024), além de 27% das unidades de saúde e mais de 107 escolas destruídas (OCHA, 2020). A paralisação de atividades econômicas e a destruição de meios de subsistência levaram aproximadamente 950.000 pessoas à insegurança alimentar aguda (Chadrique, 2025; Abellán & Guereña, 2021; OCHA, 2020; Alberdi *et al.*, s.d.).

A crise em Cabo Delgado vai além de um conflito armado, constituindo uma crise humanitária complexa. A sobreposição da violência com eventos climáticos extremos recorrentes, como ciclones Kenneth em 2019 e Chido em 2024, inundações e secas, tem exacerbado a vulnerabilidade da população, criando uma “dupla crise” que afeta gravemente a segurança alimentar, a saúde, a educação e a habitação (OCHA, 2024; UN-Habitat, 2023; PNUD, 2022). A pressão sobre serviços públicos e recursos naturais é imensa, gerando tensões entre as comunidades deslocadas e as de acolhimento (Malunguisse & Macaringue, 2022; Abellán & Guereña, 2021; OCHA, 2020; Alberdi *et al.*, s.d.).

Embora haja uma literatura considerável sobre a violência e o deslocamento em Cabo Delgado, existe uma lacuna significativa em estudos que se aprofundam nas consequências a longo prazo para o modo de vida e de habitação das comunidades afetadas (Cunha *et al.*, 2024; Alberdi *et al.*, s.d.). Os processos de reassentamento, frequentemente marcados por incertezas sobre o futuro, carecem de políticas de gestão pós-ocupação e trabalho social adequado para facilitar a adaptação (Angst & Machoi, 2023). Esta pesquisa visa preencher essa lacuna, focando na reconfiguração dos modos de habitar.

O conceito de “habitar” transcende a mera posse de um teto e envolve a relação intrínseca do ser humano com o território, a comunidade, a cultura e a identidade (Angst & Machoi, 2023; Mandamule, 2020). O deslocamento involuntário e o reassentamento forçado causam um “desenraizamento” (Silva, 2018; Manuel, 2019 e Azevedo *et al.*, 2018 apud Angst & Machoi, 2023) que provoca grandes transtornos e rupturas profundas nos laços sociais, culturais e espirituais (Angst & Machoi, 2023; Mandamule, 2020). A

descharacterização das habitações tradicionais, a interrupção de práticas culturais e religiosas, e a perda de um sentido de pertença são exemplos dessas rupturas (Angst & Machoi, 2023; Mukadzi, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.). A urgência do tema exige medidas abrangentes que reduzam o risco de desastres sem criar novos constrangimentos, dado que os reassentamentos segundo UN-habitat (2018) podem levar ao retorno da população à sua origem devido a novas dificuldades.

Contudo, mesmo em meio a essas adversidades, emergem continuidades e expressões de resiliência. O deslocamento, em muitos casos, é um mecanismo de sobrevivência (Malunguisse & Macaringue, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.). As redes sociais de apoio local, baseadas em parentesco, religião e etnia, têm sido pilares fundamentais para a subsistência dos deslocados (Cabo Ligado, 2021; Mukadzi, 2021; Alberdi *et al.*, s.d.). Além disso, de acordo com a UN-habitat (2018) a autoconstrução e as iniciativas de melhoria das habitações por parte das comunidades são exemplos de adaptação e resiliência, demonstrando que é possível envolver a comunidade para adotar práticas melhoradas. Esta pesquisa explora como as comunidades, apesar das rupturas, buscam manter e recriar seus modos de vida, suas práticas culturais e suas redes de solidariedade em novos contextos de reassentamento.

Nesse contexto, a pesquisa centra-se na pergunta: como a sobreposição entre conflito armado e eventos climáticos extremos reconfigura os modos de habitar das comunidades reassentadas em Cabo Delgado, considerando continuidades e rupturas no espaço construído? A partir dessa indagação, busca-se analisar como os efeitos combinados do conflito armado e dos eventos climáticos extremos reconfiguram a organização espacial, material e cultural das moradias nas comunidades reassentadas em Cabo Delgado, destacando continuidades e rupturas nos modos de habitar.

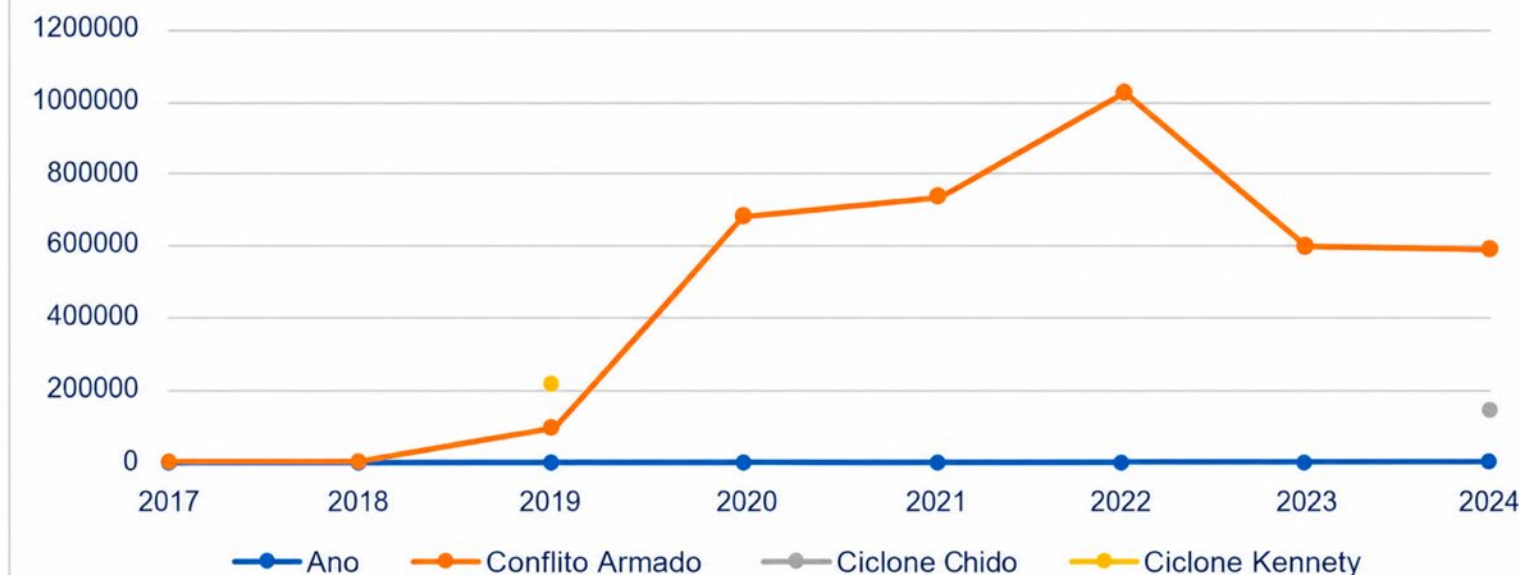
No que concerne ao aspecto metodológico, a pesquisa utiliza abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, para compreender os impactos das crises humanitárias nos modos de habitar das comunidades reassentadas em Cabo Delgado. A coleta de dados combina revisão bibliográfica, relatórios institucionais, estudos de caso e entrevistas com técnicos e fontes secundárias. A análise baseia-se em três dimensões: espaço, materialidade e cultura, permitindo identificar como a organização das moradias, o uso de materiais e as práticas sociais e simbólicas são reconfigurados. A triangulação metodológica busca descrever e interpretar continuidades e rupturas no habitar em contextos de crise.

Crises humanitárias, conflito armado e eventos climáticos extremos

A situação de Moçambique, e em particular de Cabo Delgado, é caracterizada por uma crise multifacetada que segundo Chaimite. (2024) se manifesta nas dimensões socioeconómica, securitária e sanitária. Essa crise não é isolada, para OCHA (2020) é o resultado da interação e sobreposição de vulnerabilidades históricas com choques recentes, como o conflito armado e as alterações climáticas.

A província de Cabo Delgado está mergulhada em violência desde 2017, mas o impacto humanitário da insurreição é profundamente agravado pelos fenómenos meteorológicos extremos que o país enfrenta (Abellán & Guereña, 2021). Para as autoras, Moçambique está entre os países com maior vulnerabilidade às mudanças climáticas, posicionando-se em quinto lugar no índice global de risco climático referente ao período de 2000 a 2019, e UN-Habitat (2023) considera o país africano mais vulnerável no Índice Climático Global 2021.

Deslocados



Portanto, De acordo com UN-Habitat (2023); Abellán & Guereña (2021); OCHA (2020) a pobreza estrutural, o reduzido patamar de desenvolvimento e a recorrente vulnerabilidade frente a fenómenos climáticos extremos, como ciclones e inundações fragilizam os sistemas sociais e económicos. O conflito e o clima exacerbam a insegurança alimentar e a destruição de meios de subsistência. Os eventos climáticos extremos recorrentes (ciclones) destroem casas, comunidades e infraestruturas, diminuindo a possibilidade de uma via não-militarista para a paz e agravando as motivações subjacentes ao conflito (Meek & Nene, 2021 apud Missell, 2024). Para OCHA (2020) a população de Cabo Delgado tem enfrentado a “dupla crise” da insegurança e dos choques climáticos, como o Ciclone Kenneth em 2019 e inundações subsequentes. Com a continuidade dos ataques e a recente devastação do ciclone Chido em dezembro de 2024, dificultam ainda mais a resposta e a recuperação.

O resultado direto da violência organizada e dos eventos climáticos extremos é uma crise humanitária de magnitude drástica (Abellán & Guereña, 2021; International Crisis Group, 2021). A guerra em Cabo Delgado tem levado ao deslocamento forçado em massa e o seu impacto na destruição de infraestruturas é vasto. O número de pessoas deslocadas internamente (PDIs) subiu de 10.000 em 2017 para mais de 1.030.000 em 2024, segundo o gráfico da figura 1, o que representa aproximadamente um terço da população total da província. Mais de 900.000 pessoas fugiram das suas casas devido à escalada de ataques violentos. Até 2021, segundo OCHA apud Abellán & Guereña (2021) cerca de 1,3 milhões de pessoas necessitavam de assistência humanitária e proteção urgentes. Bande, Nhamirre e Cortez (2021) destacam a enorme pressão gerada pela sobre os distritos de acolhimento, onde o número de habitantes pode duplicar ou triplicar num curto espaço de tempo. Segundo PNUD (2022, p.3) “mais de 900.000 pessoas enfrentam fome severa e mais de 1,3 milhão de pessoas precisam de apoio humanitário urgente”.

Segundo PNUD (2022) o conflito e os choques climáticos levaram à destruição de infraestruturas essenciais, como escolas e unidades de saúde. Para Malunguisse & Macaringue (2022, p.20) mais de 220 escolas foram atacadas, afetando mais de 123.433 alunos em 2021. Entretanto, a combinação de violência e eventos climáticos extremos, como ventos de alta intensidade e chuvas torrenciais, é para Sekelelane (2021) o principal vetor de destruição de habitações. Um exemplo notável da destruição causada por eventos climáticos extremos de alta intensidade é o Ciclone Tropical Chido (dezembro de 2024), que exacerbou as vulnerabilidades dos deslocados internos e das comunidades de acolhimento (IOM, 2024; OCHA, 2024). Em Cabo Delgado, de acordo com IOM (2024) o ciclone afetou cerca de 54.296 agregados familiares, o

Figura 1 - Número de deslocados provocados pelo conflito militar e pelos ciclones Kenneth (2019) e Chido (2024). Fonte: Autores, 2025.

equivalente a 272.382 indivíduos. As avaliações de danos indicaram segundo INGD (apud Rodrigues, 2025, p. 4) que “118.605 casas totalmente destruídas, 1.126 salas de aulas danificadas em 250 escolas afetadas, 52 unidades sanitárias danificadas, 13 casas de culto e postes de energia.”

Arquitetura vernacular e materiais construtivos em contextos de crise

Em Moçambique, de acordo com UN-Habitat (2018) a maioria da população depende da autoconstrução para ter acesso à moradia e, nesse contexto, a arquitetura vernacular representa o modo tradicional de construir e habitar, no qual a casa é erguida com recursos locais (caniço, pau, capim, matope) (Angst & Machoi, 2023; Malunguisse & Macaringue, 2022). Portanto, este modo de construção reflete mais do que uma simples técnica, sendo um sistema de conhecimento e práticas profundamente ligada ao modo de vida e à cultura das comunidades (Souza, 2017). A autora (Souza, 2017) destaca ainda que o ato de habitar está intrinsecamente ligado à conformação do espaço doméstico, que expressa aspectos da vida familiar, práticas sociais e a visão de mundo das pessoas. Neste caso, o lar é percebido como um espaço de enraizamento, reprodução e conservação de modelos e valores passados entre gerações (Segaud, 2016).

A autoconstrução, embora muitas vezes enquadrada no urbanismo como um fenômeno do capitalismo periférico e com conotações de precariedade habitacional (Souza, 2017), é a forma predominante de acesso à moradia. Em Moçambique, cerca de 70% das casas não são feitas de materiais convencionais (UN-habitat, 2018), o que sublinha a importância dos materiais e técnicas locais. As iniciativas de construção de habitação resiliente no país reconhecem a necessidade de modelos que sejam culturalmente apropriados para o contexto local, privilegiando tipologias e modelos construtivos que permitam a apropriação por parte das comunidades (Moçambique, 2021; UN-habitat, 2018).

O foco na arquitetura vernacular e no uso de materiais locais não implica necessariamente a ausência de resiliência. Portanto, UN-habitat (2018) define resiliência habitacional como sendo a capacidade de uma moradia ser um investimento seguro que suporta eventos recorrentes. Com isso, para Moçambique (2019); UN-habitat (2018) as construções podem ser adaptadas através de técnicas melhoradas, como o reforço das estruturas de paredes e cobertura com diagonais, para resistir a ventos fortes. No entanto, a vulnerabilidade física da maioria das habitações para UN-habitat (2023) é agravada pela má qualidade das construções e pela ocupação de zonas de alto risco. Angst & Machoi (2023) apontam o uso de materiais locais, como o pau, caniço e capim, como sendo uma das causas de baixa qualidade em estruturas que, em reassentamentos, podem rapidamente apresentar rachaduras. A destruição massiva causada pelo Ciclone Tropical Chido é um exemplo claro, em que o material de construção precário e a estrutura do assentamento se combinam com a exposição ao risco, resultando em danos catastróficos (Moçambique, 2019).

Portanto, o contexto do deslocamento forçado em Cabo Delgado, seja por conflito ou por desastres, impõe uma ruptura no modo de habitar anterior, forçando uma transição complexa (Mukadzi, 2022; Alberdi *et al.*, s.d.). Para Mukadzi (2022); Sekelekani (2021) as famílias perdem não só os seus lares, mas também os seus meios de subsistência e a familiaridade da vida quotidiana.

No contexto do reassentamento, três dinâmicas se manifestam, sendo a Substituição (Involuntária) como primeira, na qual o deslocamento involuntário força as pessoas a se adaptarem a novos modelos de construções e configurações espaciais (Angst

& Machoi, 2023). As habitações construídas nos centros de acolhimento são muitas vezes precárias, feitas com material local (lona, bambu, pau a pique) (Malunguisse & Macaringue, 2022; Abellán & Guereña, 2021). Em reassentamentos planejados por desenvolvimento (fora do contexto de crise humanitária de Cabo Delgado, mas como tendência em Moçambique), a transição pode envolver a descaracterização das casas tradicionais em favor de construções convencionais (Pedro (2011) e Bernardo (2019), apud Angst & Machoi (2023) embora muitas vezes sem a qualidade técnica necessária (Angst & Machoi, 2023).

A segunda dinâmica é a Permanência e Desafio, em que a perda do acesso aos materiais tradicionais e a dificuldade em obter novos recursos para autoconstrução torna a reconstrução do modo de habitar tradicional desafiadora. Por exemplo, grupos vulneráveis, como famílias chefiadas por mulheres, têm maior dificuldade em obter materiais do mato, resultando em abrigos mais precários (Bande, Nhamirre e Cortez, 2021). Além disso, de acordo com Alberdi *et al.* (s.d.) o deslocamento representa uma ruptura dos antigos laços e redes que sustentavam a vida e a identidade, dificultando a reconstrução da vida social.

A última dinâmica é a Hibridização e Adaptação, na qual o reassentamento, embora traumático, é um momento criativo, onde as famílias deslocadas e as comunidades de acolhimento agem como agentes ativos que se adaptam e criam estratégias de sobrevivência (Alberdi *et al.*, s.d.). A falta de acesso a materiais ou a necessidade de adaptação a um novo contexto força a adoção de novas práticas, que resultam num modo de habitar híbrido. Para Alberdi *et al.* (s.d.) as pessoas precisam recomeçar suas vidas noutro lugar, desenvolvendo uma nova rotina. Portanto, a transição do modo de vida, da economia produtiva (agricultura) para uma economia baseada na distribuição de ajuda, também molda a forma como as famílias se restabelecem em novos locais, buscando reconstruir os meios de subsistência junto à habitação (Alberdi *et al.*, s.d.). Por sua vez, para OCHA (2020) as intervenções humanitárias tentam apoiar essa hibridização, fornecendo lonas para cobertura, mas ainda contando com a técnica tradicional de pau-e-pique para as paredes.

Modos de habitar: continuidades e rupturas culturais no reassentamento

O conceito de habitar transcende a mera necessidade funcional de ter um teto, ou seja, de morar em uma estrutura física (Souza, 2017). Segundo Segaud (2016) ato de habitar é um fato antropológico, sendo um “traço fundamental do ser” que diz respeito a toda a espécie humana, enquanto para Brandão (s.d.) o habitar é criar um lugar onde pessoas, famílias, grupos e comunidades reúnem-se para conviver.

A abordagem do habitar como prática social fundamenta-se na fenomenologia, que entende o espaço como o mundo vivido, um local experienciado e subjetivo (Sartorio e Franz, 2023; Souza, 2017). Para Souza (2017) o lar (ou *habitat*) abrange não apenas as dimensões físicas e objetivas, mas também as espirituais, subjetivas, psicológicas e comportamentais. Segundo Brandão (s.d.) criar um lugar para habitar carece de múltiplas dimensões que vão além da materialidade da moradia. Para Souza (2017) significa estabelecer um espaço que garanta proteção, paz e satisfação, ao mesmo tempo em que possibilite, segundo Heidegger (1954) a construção da identidade individual e coletiva e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Segaud (2016) habitar também implica dominar um espaço ou uma sequência de espaços por meio das práticas cotidianas que o estruturam, bem como atribuir significados ao lugar, revelados no uso, na apropriação e nas formas de viver nele.

No contexto moçambicano, a habitação adequada segundo UN-habitat (2018) aquela que de forma holística, engloba não apenas a estrutura física, mas também o acesso a serviços básicos, infraestrutura, espaços públicos e oportunidades socioeconômicas. A arquitetura, mesmo a autoconstruída, é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade e de suas relações com o território (CARAFFE, 1999). Portanto, para Angst & Machoi (2023) a destruição ou reconfiguração do espaço de habitar em Cabo Delgado tem um impacto direto na identidade e no modo de vida das comunidades.

O deslocamento forçado, causado por crises humanitárias sobrepostas (conflito e eventos climáticos), implica um processo de ruptura profundo na vida dos afetados, sendo caracterizado pela perda e pelo desenraizamento, levando à destruição do tecido social e político (Silva (2018), Manuel (2019) e Azevedo *et al.* (2018) apud Angst & Machoi (2023); Alberdi *et al.* (s.d.). A perda é multidimensional na medida em que as populações perdem sua base de sustentabilidade, e o peso das mudanças afeta a saúde mental, a identidade e a representação do território (Angst & Machoi, 2023). A perda de identidade está ligada ao enfraquecimento dos laços e mecanismos solidários intracomunitários e à subversão das redes sociais (sociais, políticas e econômicas) (Machel (2014) apud Duvane, 2024).

A destruição simbólica e cultural é outra perda, uma vez que o deslocamento forçado, segundo Alberdi *et al.* (s.d.), representa a rotura dos antigos laços e redes que sustentavam a vida das famílias. Em Cabo Delgado, “as dimensões culturais, religiosas e espirituais, extremamente importantes na vida quotidiana das pessoas, foram brutalmente afectadas e interrompidas pelos ataques às aldeias e pela fuga da população” (Mukadzi, 2022, p. 15). Isso inclui a interrupção de rezas e cerimónias tradicionais, o incumprimento de ritos de passagem e a distância de árvores tradicionais e antepassados. Uma outra perda é a de privacidade e coesão, da superpopulação nos lares de acolhimento e a configuração das habitações precárias (muitas vezes abrigos de emergência sem divisões internas) condicionam os conceitos tradicionais de privacidade (Alberdi *et al.*, s.d.). Autores como Malunguisse & Macaringue (2022); Abellán & Guereña (2021) e Alberdi *et al.* (s.d.), apontam que o aumento da pressão sobre recursos escassos leva a tensões e conflitos sociais crescentes entre os deslocados e as comunidades de acolhimento, resultando em quebra de solidariedade, desconfiança e xenofobia.

Portanto, o processo de continuidade e resiliência manifesta-se quando a reconstrução é baseada na memória e tradição, onde o deslocado, segundo Alberdi *et al.* (s.d.), constrói novos mundos de vida a partir da memória, da tradição e das suas capacidades. Afinal, para Mukadzi (2022) as dimensões culturais, religiosas e espirituais são essenciais, pois mantêm os laços com os lugares de origem e promovem um sentido de normalidade. Outra manifestação, é a quando se observam de movimentos locais e relações de solidariedade que, segundo Mukadzi (2022), precisam ser destacados, contrastando com os conflitos. Mukadzi (2022) Aponta o mapeamento de iniciativas locais de solidariedade como referência para a promoção da paz, entreajuda e afeto. Ainda no processo de continuidade e resiliência, a reconstrução da confiança, sob ponto de vista da reconciliação, é essencial para a Paz e o Viver Bem, na medida que, segundo Cunha *et al.* (2024), passa pela recuperação da confiança e reconstrução de laços interpessoais e intergrupais, começando no nível local.

Neste sentido, a reorganização do cotidiano (a busca por um senso de normalidade em meio ao caos) é um processo de adaptação em que as famílias precisam recomeçar suas vidas noutro lugar e desenvolver uma nova rotina (Alberdi *et al.*, s.d.). Para Angst & Machoi (2023) essa reorganização é exigida pela perda dos meios de subsistência e pela necessidade de adaptação às condições encontradas nos novos locais.

Cernea (1977) aponta que a reconstrução dos modos de vida deve assentar no acesso a terras cultiváveis e a trabalho gerador de rendimento, pois para Angst & Machoi (2023) o quotidiano está diretamente ligado à atividade principal de renda. Entretanto, muitos deslocados, especialmente os provenientes de zonas costeiras e urbanas, segundo Bande, Nhamirre e Cortez (2021) não possuem conhecimentos ou experiência em agricultura, o que dificulta a adaptação quando lhes é atribuída apenas terra para cultivo.

O deslocamento forçado por sua vez impôs a adaptação a novas infraestruturas (ou à falta delas), como em bairros onde a população duplicou ou triplicou, sobrecarregando os serviços públicos (Bande, Nhamirre e Cortez, 2021; UN-Habitat, 2021). Alberdi *et al.* (s.d.) destaca a necessidade de apoiar as pessoas na reabilitação de moradias, acesso a materiais de construção, alimentos, utensílios domésticos e, crucialmente, apoio emocional. A busca por um senso de normalidade (voltar a “viver bem”) implica recuperar a segurança e retomar a vida anterior (Alberdi *et al.*, s.d.). Portanto, para tal, o processo de reassentamento exige a integração dos deslocados na zona hospedeira, sendo crucial a gestão pós-ocupação e o trabalho social para facilitar a adaptação às novas residências (Angst & Machoi, 2023). Angst & Machoi (2023) Salientam que a reconstrução dos modos de habitar nos reassentamentos envolve frequentemente a hibridização, forçada pela adoção de novos modelos de construção e configurações espaciais.

Apesar dos desafios de incerteza sobre o regresso as comunidades buscam ativamente reestabelecer seus modos de habitar. As interações locais entre diferentes atores, incluindo comunidades e parceiros humanitários, podem moldar as práticas e promover uma adaptação mútua (Sambo & Bußler, 2024). No entanto, o entendimento da transformação social deve focar na reinvenção de um novo sistema de disposições que permita a sobrevivência e o restabelecimento do cotidiano, valorizando as experiências e as propostas dos protagonistas locais (Alberdi *et al.*, s.d.).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada a compreender os impactos das crises humanitárias nos modos de habitar das comunidades reassentadas em Cabo Delgado.

A coleta de informações será conduzida a partir de múltiplas fontes: (i) revisão bibliográfica de obras clássicas e contemporâneas sobre habitar, lugar, arquitetura vernacular e reassentamento; (ii) análise de relatórios institucionais produzidos por organismos nacionais e internacionais (INGD, OIM, OCHA, PNUD, entre outros), que oferecem dados sobre deslocamento, habitação e impactos humanitários; (iii) estudos de caso de reassentamentos afetados por crises em Cabo Delgado, possibilitando examinar concretamente continuidades e rupturas nos modos de habitar; (iv) entrevistas com técnicos envolvidos nos processos de reconstrução e reassentamento (engenheiros, arquitetos, gestores locais e membros de ONGs), para compreender a dimensão prática e institucional; e (v) entrevistas secundárias (a partir de fontes já publicadas), que complementam a análise ao trazer percepções de atores locais.

Os critérios de análise são organizados em três dimensões: Espaço (organização espacial das moradias e dos assentamentos); Materialidade (uso, adaptação ou substituição de materiais e técnicas construtivas locais) e Cultura (práticas sociais e simbólicas que estruturam a vida cotidiana e o sentimento de pertencimento nos novos contextos de habitar). Essa triangulação metodológica busca não apenas descrever as transformações espaciais e materiais, mas também interpretar os significados culturais

atribuídos ao habitar, assegurando uma análise crítica das continuidades e rupturas vividas pelas comunidades reassentadas em Cabo Delgado.

Impactos das crises sobre a organização espacial das comunidades reassentadas

A transição forçada das comunidades de Cabo Delgado para os locais de reassentamento resultou em uma profunda alteração na organização espacial, trocando a familiaridade cultural das aldeias de origem por configurações muitas vezes inadequadas e perigosas.

O modo de habitar anterior ao conflito, baseado na autoconstrução e adaptado ao contexto local (arquitetura vernacular) (UN-Habitat, 2018; Souza, 2017), conferia significado, identidade e uma forma orgânica de apropriação do espaço (Souza, 2017). Em Moçambique, segundo UN-Habitat (2018) a habitação adequada é vista holisticamente, incluindo acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades socioeconômicas. Contudo, de acordo com Alberdi *et al.* (s.d.) a realidade dos locais de reassentamento demonstra uma ruptura drástica da dignidade espacial. Para Elias *et al.* (2023, p. 74) 95% das famílias não têm acomodação condigna (palhotas improvisadas), sendo que a maioria dos deslocados vive em abrigos temporários rudimentares feitos de materiais frágeis, como plástico, lona e bambu (Malunguisse & Macaringue, 2022; Abellán & Guereña, 2021).

Dados das entrevistas apontam para a precariedade habitacional, acarretando riscos à saúde e comprometendo a vida social na medida em que há uma superlotação nas residências, pois segundo OCHA (2020); Alberdi *et al.* (s.d.) mais de 80% dos deslocados vivem em casas superlotadas de parentes ou em assentamentos coletivos. A perda de privacidade também compromete a vida social, uma vez que a maioria dos abrigos de emergência não possui divisões internas, o que condiciona para Alberdi *et al.* (s.d.) os conceitos tradicionais de privacidade e aumenta segundo OCHA (2020) os riscos de proteção, como a violência baseada no gênero. As entrevistas também apontam que nos centros transitórios, as populações encontram-se aglomeradas em condições desumanas. Uma das arquitetas aponta

nos centros transitórios há probabilidade de proliferação de doenças, uma vez que se encontram aglomerados, cada família numa tenda com mais ou menos, 3 metros quadrados (3m²) e com distâncias no mínimo de 2 metros (2m) entre eles, usando um sanitário coletivo, o que traz um desconforto (Entrevista, 2025).

Portanto, a área de habitação provisória é extremamente limitada, tornando os abrigos de emergência, de acordo com Alberdi *et al.* (s.d.) muito abaixo do mínimo humanitário recomendado pelo Manual Esfera de 3,5 m² por pessoa.

Por conseguinte, o reassentamento, embora vise a reconstrução da economia e das redes sociais, tem sido frequentemente marcado pela descaracterização das casas tradicionais (Angst & Machoi, 2023). Segundo Souza (2017) o *layout* das aldeias de origem, normalmente tem sido orgânico e reflete práticas culturais e sociais e no caso de Cabo Delgado, para Alberdi *et al.* (s.d.) a resposta de emergência do governo e das Nações Unidas tem sido, por vezes, universal e uniforme, desconsiderando as características geográficas, sociais e culturais das comunidades. Abellán & Guereña (2021) destaca que a padronização não é eficaz, pois a realidade de cada área é diferente, exigindo uma resposta que não é única para todas as comunidades.

Angst & Machoi (2023) defende a necessidade de políticas de gestão pós-ocupação acompanhadas de um trabalho social, pois são urgentes para facilitar a adaptação

dos deslocados às novas residências. Para Malunguisse & Macaringue (2022); Alberdi *et al.* (s.d.) a ausência de planeamento sensível ao contexto resulta na criação de tensões e conflitos sociais, uma vez que a pressão sobre os escassos recursos e serviços pré-existent é elevada.

Portanto, a nova organização espacial em Cabo Delgado, segundo dados da entrevista, não só carece de dignidade, mas falha criticamente em promover a resiliência, pois as crises sobrepostas de conflito e eventos climáticos extremos, segundo OIM (2024) fazem com que os reassentamentos se tornem zonas de risco sobreposto. A passagem do Ciclone Tropical Chido demonstrou a vulnerabilidade extrema das novas configurações espaciais. O distrito de Mecúfi, por exemplo, de acordo OIM (2024) teve 99% das estruturas habitacionais completamente destruídas.

Diante desta destruição causada pelo ciclone Chido, alguns relatórios indicam que a nova organização espacial falha em resiliência, o que leva a destruição de infraestruturas. O ciclone Chido levou à destruição do Centro de Saúde de Naminawe apenas um mês após a sua inauguração, evidenciando a falta de implementação de padrões de construção resilientes (Rodrigues, 2025). De acordo com PNUD (2022) cerca de 60% dos edifícios avaliados em zonas afetadas pelo conflito não foram construídos em conformidade com o código de construção. O PNUD salienta ainda que apenas 9% dos edifícios residenciais tinham telhados reforçados com cintas ciclónicas. No entanto, a ausência de investimentos em infraestruturas resilientes, segundo Rodrigues (2025) institucionaliza vulnerabilidades e perpetua um ciclo vicioso de reconstrução e destruição.

Permanências, adaptações e substituições de materiais e técnicas construtivas

A crise impôs uma transição forçada dos materiais e técnicas construtivas tradicionais, levando a um complexo panorama de fragilidade, mas também de adaptação e agência. A arquitetura vernacular em Moçambique utiliza materiais locais como caniço, pau, capim e outros materiais que a natureza fornece, sendo, segundo UN-Habitat (2018) a forma predominante de construção no país.

Com a mudança forçada e a destruição de bens, o acesso a esses materiais torna-se restrito ou perigoso, conforme relatado pela arquiteta na entrevista.

Afeta bastante, pois os materiais são adquiridos em áreas distantes, geralmente em zonas de mata onde ocorrem ataques. Isso torna arriscado buscar material. Por exemplo, o PNUD sugeriu selecionar pessoas para cortar estacas e, depois, enviariam um caminhão para recolher. Nós não aceitamos, porque a situação não é segura (Entrevista, 2025).

O conflito militar afeta negativamente a reconstrução, pois também há incertezas para construção de moradias resistentes devido aos ataques, alegando que a qualquer altura as populações podem ser obrigadas a deslocarem para outro local.

Diante destas incertezas, para OCHA (2020) a resposta humanitária imediata baseia-se na substituição forçada por soluções de emergência e kits de Artigos Não Alimentares (NFIs). As habitações improvisadas são construídas com cobertura de plástico, lona e bambu (Abellán & Guereña, 2021; OCHA, 2020). Para estas habitações improvisadas, as entrevistas apontaram que a fragilidade material resulta em casas que, devido à baixa qualidade, rapidamente começam a apresentar deficiências, tornando-as totalmente vulneráveis a ventos fortes e chuvas torrenciais. Para Bande, Nhamirre e Cortez (2021) a situação é particularmente grave para grupos vulneráveis, como as



famílias chefiadas por mulheres, que têm dificuldade em obter materiais do mato e, consequentemente, constroem abrigos mais precários.

Portanto, apesar das condições de emergência, o processo de reconstrução é um momento criativo (Alberdi *et al.*, s.d.), onde as comunidades tentam incorporar o conhecimento construtivo tradicional nas novas estruturas. A hibridização é observada nas soluções temporárias ou definitivas, quando as agências fornecem material para a cobertura (chapas metálicas), as paredes são frequentemente erguidas com a técnica local de taipa de mão (pau-a-pique), conforme mostra a figura 2. Os esforços de construção resiliente, apoiados por parceiros, promovem a melhoria das técnicas vernaculares ou a adoção de técnicas acessíveis, caso do reforço estrutural, quando sugere-se o reforço das estruturas de cobertura com diagonais para resistir a ventos fortes (Moçambique, 2019; UN-Habitat, 2018) e o “uso de cintas metálicas ou varões nas estacas para tornar a estrutura mais resistente” (Entrevista, 2025, e na melhoria do material quando inclui a melhoria das paredes (uso de cimento para o reboco) para garantir maior resistência em caso de chuvas (Entrevista, 2025).

(...) uma das medidas adotadas consiste no reforço das estacas que funcionam como elementos estruturais de suporte da habitação sendo também recomendada a melhoria das paredes por meio do uso de cimento no reboco a fim de garantir maior resistência diante das chuvas intensas uma vez que com frequência após períodos chuvosos as paredes construídas apenas com terra apresentam grande fragilidade desfazendo-se facilmente (Entrevista, 2025).

As entrevistas quem embora as famílias estivessem acostumadas a técnicas rudimentares e não observassem a questão da resiliência, há abertura para integrar novas tecnologias ou soluções que complementem as práticas tradicionais, desde

que a orientação seja prática e demonstrativa. Segundo o “Guião de Construção de Habitação Resiliente” (Moçambique, 2020) as construções resilientes devem ser adequadas culturalmente e baseadas em custos e tecnologias acessíveis.

Com relação a agência e economia do reconstruir, os deslocados não devem ser vistos apenas como vítimas, mas como agentes ativos (Alberdi *et al.*, s.d.) que, através do jogo de hábito, imaginação e julgamento, segundo Rodrigues (2025) tentam reproduzir e transformar as estruturas. O envolvimento das famílias no processo de construção, através de formação em materiais resilientes, segundo dados das entrevistas, pode promover o empoderamento e a resiliência, ajudando-os no reparo das próprias casas. Portanto, agência dos deslocados manifesta-se no esforço de recomeçar suas vidas e na autoconstrução (Alberdi *et al.*, s.d.). De acordo com Mukadzi (2022) há exemplos de mulheres que demonstraram essa agência ao construir duas salas de aula com material local.

As entrevistas apontam que a reconstrução é também uma oportunidade para desenvolver a economia local. O Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD) (Moçambique, 2021, p. 15) visa promover a construção de casas resilientes (*modelo Marokani*) com uso intensivo da mão-de-obra da população deslocada.

Neste sentido, o relatório-síntese da (Mukadzi, 2022) sublinha a importância de acoplar a melhoria das habitações à geração de renda, recomendando a criação de cooperativas de produção de materiais de construção, envolvendo formas de geração de renda para famílias deslocadas. Esta estratégia, para Alberdi *et al.* (s.d.), liga a habitação à subsistência, permitindo o assentamento sustentável das famílias deslocadas e a superação da dependência da ajuda humanitária.

Figura 2 - Uso da técnica da taipa de mão. Fonte: adaptado dos entrevistados (Rahanito Antumane e Matilde Salomé), 2025.

Práticas culturais e sociais: continuidades e rupturas nos modos de habitar

A violência organizada e o deslocamento forçado não resultam apenas na perda de bens físicos, mas sobretudo na ruptura do tecido social, da identidade e da complexa teia de práticas que constituem o modo de habitar.

Angst & Machoi (2023) o habitar está intrinsecamente ligado à identidade e à representação do território. Em Moçambique, a casa, o bairro ou a aldeia são centros de significados que incluem a atividade de subsistência, sendo a maioria das famílias de Cabo Delgado historicamente dependente da agricultura ou da pesca (Angst & Machoi, 2023; Bande, Nhamirre e Cortez, 2021). Segundo Angst & Machoi (2023) a perda do território de origem significa a destruição da base de sustentabilidade da população. Para Chadreque (2025) a insurreição levou ao colapso da produção agrícola e pesqueira. A ruptura simbólica e material é visceralmente expressa em narrativas como a dos deslocados de guerra, que lamentam: “não tem terra para a gente trabalhar” (Mukadzi, 2022, p. 10).

Este relato sublinha que a casa não é apenas uma estrutura, mas o local de reprodução social e material (Rodrigues, 2025). Por sua vez, a conflito armado teve um impacto devastador na estrutura produtiva dos pescadores provenientes dos distritos costeiros (como Palma e Mocímboa da Praia), reassentados no interior (Bande, Nhamirre e Cortez, 2021), conforme também apontado numa das entrevistas: “(...) os que os provenientes da zona costeira onde o hábito é principalmente a pesca, se sente bastante aflitos com a situação, entretanto tentam se adaptar com a realidade imposta.”. Estes homens, acostumados à atividade marítima e que perderam seus barcos e redes de pesca, segundo Malunguisse & Macaringue (2022); Bande, Nhamirre e Cortez (2021) veem-se agora diante de uma incógnita de adaptação à agricultura, sofrendo violência psicológica por não conseguirem desenvolver atividades de rendimento, o que ameaça a sua posição enquanto chefes de família.

Mukadzi (2022); Alberdi *et al.* (s.d.) destacam que a dimensão simbólica é ainda mais agravada pela perda de elementos culturais e espirituais essenciais, como a interrupção de rezas e cerimônias tradicionais diversas e a distância das árvores tradicionais e dos antepassados.

Portanto, apesar da destruição do tecido social, os deslocados internos não são vítimas passivas, mas agentes ativos. A fase de Desenvolvimento Potencial/Adaptação, a terceira fase do reassentamento, segundo Scudder e Colson (1982, apud Angst e Machoi, 2023), corresponde o momento em que se inicia a reconstrução da economia e das redes sociais. Alberdi *et al.* (s.d.) a continuidade da vida social baseia-se fortemente nas redes sociais de apoio local (parentesco, religião, etnia, profissão) que sustentam a maioria das populações deslocadas. Alberdi *et al.* (s.d.) salienta ainda que a fuga de muitas pessoas para Pemba foi motivada precisamente pela presença de familiares, amigos ou conhecidos nas localidades. Contudo, essa dependência das redes sociais não está isenta de tensões. A superlotação em casas de acolhimento gera dificuldades de convivência e pode levar a conflitos sociais crescentes e quebra de solidariedade com o passar do tempo (Alberdi *et al.*, s.d.). Para Abellán & Guereña (2021); Alberdi *et al.* (s.d.) a sobrecarga das comunidades anfitriãs, que já viviam em pobreza estrutural, agrava a sua situação. O estudo revela a importância de mapear e documentar as histórias e iniciativas locais de solidariedade como referências para a promoção da paz (Mukadzi, 2020).

Por sua vez, a crise humanitária em Cabo Delgado serve como um laboratório crítico para os conceitos de habitar e reassentamento. A discussão revela que a perda da capacidade produtiva (pesca/agricultura) é uma ruptura fundamental no Modo de Vida

(Angst & Machoi, 2023; Abellán & Guereña, 2021). Como a habitação (e o espaço doméstico) reflete o Modo de Vida (Souza, 2017), a impossibilidade de exercer a atividade econômica primária (como a pesca) inviabiliza a recriação de um Modo de Habitar sustentável e culturalmente apropriado (Bande, Nhamirre e Cortez, 2021). De acordo com Angst & Machoi (2023); Abellán & Guereña (2021); Alberdi *et al.* (s.d.) o reassentamento, ao atribuir terras impróprias ou distantes, ou realocando pescadores em áreas rurais, demonstra uma falha na gestão pós-ocupação que deveria facilitar a adaptação dos atingidos.

A construção de palhotas improvisadas, 95% das famílias (Elias *et al.*, 2023), ilustra uma tentativa desesperada de Habitar na perspectiva do Heidegger, o “traço fundamental do ser” (Heidegger, 1954, p. 13) que busca um lugar de proteção e satisfação (Souza, 2017). Para Brandão (s.d.) essa autoconstrução improvisada é a adaptação precária que tenta estabelecer uma “permanência” no novo local. Contudo, essa permanência é imediatamente ameaçada pela crise sobreposta. A destruição massiva de abrigos pelos ciclones, como o Chido, demonstra que essa permanência improvisada falha em sua função de ser “(...) um investimento seguro que suportará eventos recorrentes que podem afetar sua integridade.” (UM-Habitat, 2018, p. 115), sendo constantemente superada pela intensidade dos choques climáticos, evidenciando a quão efêmera e mutável é a realidade habitada (Brandão, s.d.).

Contudo, a pesquisa em Cabo Delgado desafia e reforça a teoria de reassentamento e de crise humanitária de várias maneiras. Primeiro, o reassentamento em Cabo Delgado não decorre primariamente de projetos de desenvolvimento econômico que, idealmente, oferecem compensação e condições superiores (Angst & Machoi, 2023), mas de uma tripla vulnerabilidade de conflito, eventos climáticos extremos e precariedade da resposta humanitária (Rodrigues, 2025). A teoria deve ser revista para dar conta da fragilidade sistêmica em que não há restauração das condições de vida anteriores, pelo contrário, há empobrecimento (Angst & Machoi, 2023). As necessidades humanitárias urgentes, como saneamento em 100% de esgotamento (Elias *et al.*, 2023), não são atendidas, o que agrava os riscos sociais e a desconfiança no Estado.

Segundo a exigência de uma Abordagem Descolonizada em que a resposta humanitária e os planos de reconstrução (como o PRCD) são frequentemente criticados por serem universais e uniformes, falhando em respeitar as idiosincrasias e a cultura das pessoas (Alberdi *et al.*, s.d.). A pesquisa reforça a necessidade de adotar abordagens, como a do Viver Bem, que se baseia nas sabedorias comunitárias e rompe com as raízes capitalistas do conceito de desenvolvimento (Rodrigues, 2025). Terceiro, a ênfase na insegurança societal em que o estudo reforça que o terrorismo em Cabo Delgado explora vulnerabilidades sociais subjacentes, e a crise humanitária precária periga a segurança do Estado ao agravar as condições existentes (exclusão, privação relativa) que conduzem ao extremismo violento (Malunguisse & Macaringue, 2022). Autores como Chadreque (2025); Angst & Machoi (2023); Malunguisse & Macaringue (2022) apontam que a desintegração das comunidades e o sentimento de traição por parte do governo e das empresas comprometem a coesão sócio-política e a unidade nacional.

Considerações finais

A pesquisa permite retomar a tese central de que a sobreposição entre conflito armado e eventos climáticos extremos constitui o fator crítico que reconfigura os modos de habitar em Cabo Delgado. Essa vulnerabilidade sobreposta afirma-se como a ruptura central do processo, uma vez que destrói não apenas infraestruturas físicas, mas também laços sociais, culturais e simbólicos. O dilema material e espacial emerge na tensão entre

práticas vernaculares e modelos habitacionais impostos, que frequentemente resultam em moradias precárias, mal adaptadas e incapazes de resistir a choques sucessivos. Ao mesmo tempo, a realidade vivida nos reassentamentos revela o contraste entre a resiliência cidadã, expressa na agência comunitária, na autoconstrução e nas redes de solidariedade, e a falha estrutural das respostas institucionais, marcadas por soluções uniformes e descontextualizadas.

A relevância desta pesquisa insere-se no debate sobre reassentamento e direitos, destacando que habitar não é apenas uma necessidade material, mas um direito humano que envolve identidade, cultura e dignidade. Ao evidenciar como o reassentamento em Cabo Delgado muitas vezes negligencia essas dimensões, o estudo contribui para um reposicionamento das políticas habitacionais, que devem integrar perspectivas de justiça social e respeito à diversidade cultural. Ao mesmo tempo, a discussão sobre arquitetura vernacular e design social oferece uma contribuição fundamental, ao indicar que soluções resilientes só podem ser eficazes se dialogarem com os saberes locais e com práticas de design participativo, capazes de transformar a habitação em espaço de proteção, pertencimento e reconstrução coletiva.

Todavia, é necessário reconhecer algumas limitações. A natureza de crise em curso e o acesso restrito aos territórios afetados limitaram a observação direta, o que levou à dependência de entrevistas e relatórios institucionais. Além disso, o estudo concentrou-se na ruptura do habitar, sem abarcar em profundidade os impactos de longo prazo, como os efeitos psicossociais e econômicos, que exigem mais tempo de acompanhamento para serem plenamente compreendidos.

Nesse sentido, abrem-se caminhos para pesquisas futuras. Primeiramente, são recomendáveis estudos longitudinais que acompanhem a evolução dos modos de habitar à medida que centros de reassentamento transitam para bairros permanentes, permitindo avaliar como continuidades e rupturas se consolidam ou se transformam ao longo do tempo. Em segundo lugar, sugere-se o desenvolvimento de um modelo de construção híbrida, que combine a resiliência da arquitetura tradicional com normas técnicas de resistência a sismos e ciclones, garantindo que o abrigo seja também um lar culturalmente enraizado. Por fim, há necessidade de aprofundar pesquisas sobre governança e geração de renda, avaliando a eficácia das recomendações de subsistência e sua articulação com a reconstrução habitacional, de modo a conectar a moradia à segurança alimentar e econômica dos reassentados.

Em suma, o artigo reforça que a reconstrução em Cabo Delgado não pode ser pensada apenas em termos de blocos de terra e cimento, mas como um processo multidimensional que envolve espaço, materialidade e cultura. Ao mesmo tempo em que evidencia as fragilidades institucionais, destaca a força da resiliência comunitária, apontando caminhos para uma abordagem mais justa, participativa e sustentável dos processos de reassentamento em contextos de crise humanitária.

Referências

ABELLÁN, Beatriz; GUEREÑA, Arantxa. *Conflictos armados e deslocamentos forçados como condutores de insegurança alimentar: o caso de Cabo Delgado*. [s. l.]: Instituto de Estudos sobre Conflitos e Ação Humanitária – ieacah, Ajuda em Ação, 2021.

ALBERDI, Jokin *et al.* *Guerra, deslocamentos forçados e resposta à crise em Cabo Delgado, Moçambique*. [S. l.]: Ayuda en Acción, [s.d.].

ALMEIDA, Tomás de. *Seven years into the conflict, solutions to displacement in Cabo Delgado remain elusive*. Internal Displacement Monitoring Centre, 2024. Online. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/expert-analysis/7-years-into-the-conflict-solutions-to-displacement-in-cabo-delgado-remain-elusive/>. Acesso em: 17 set. 2025.

AMARAL, Sílvia. *Conflitos armados e sustentabilidade urbana em Cabo Delgado. Desafios para Moçambique 2022*, [s. l.], p. 55-67, 2022.

ANGST, Felipe André; MACHOI, Hermenegildo Alberto. A problemática dos Reassentamentos: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 161-177, jul./dez. 2023.

BANDE, Aldemiro; NHAMIRRE, Borges; CORTEZ, Edson. *Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito*. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Viver um tempo, habitar um espaço: a visita de um antropólogo à geografia*. [S.l.], [s.d.]. Online. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/ANTROPOLOGIA/MUNDO%20CAMPON%C3%8AS/VIVER%20UM%20TEMPO,%20HABITAR%20UM%20ESPA%C3%87O%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

CABO LIGADO. *Cabo Ligado Mensal*: Março de 2021. Moçambique: Cabo Ligado, 2021.

CARAFFE, Marc de. Charte du patrimoine bâti vernaculaire. *ICOMOS Canada Bulletin*, v. 8, p. 17-18, 1999.

CERNEA, Michael. *The risks and reconstruction model for resettling displaced populations*. World Development, v. 25, n. 10, p. 1569-1587, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(97\)00054-5](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)00054-5).

CHADREQUE, Juvenal Laurinda da Silva. Análise multidimensional da insurreição em Cabo Delgado: causas, dinâmicas e impactos sociais, económicos e geopolíticos. *Revista do Ministério Público Militar*, Brasília, v. 52, n. 46, p. 217-276, 1. semestre 2025.

CHAIMITE, Egídio. Introdução. In: CHAIMITE, Egídio *et al.* (Org.). *Desafios para Moçambique 2023-2024*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE, 2024. p.19-30.

CUNHA, Teresa *et al.* Conflito armado e crise humana em Cabo Delgado: contribuições para a descolonização dos estudos para a paz e sobre o desenvolvimento. In: CHAIMITE, Egídio *et al.* (Org.). *Desafios para Moçambique 2023-2024*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE, 2024. p.265-280.

DUVANE, Fernando Manuel. Exploração de areias pesadas no distrito de chibuto, uma incubadora de conflitos socioambientais. In: CHAIMITE, Egídio *et al.* (Org.). *Desafios para Moçambique 2023-2024*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE, 2024. p.301-316.

ELIAS, Celso *et al.* O drama humanitário dos deslocados em Moçambique: reflexões sobre a crise em Cabo Delgado. *Revista de Relações Internacionais*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 55-72, dez. 2023.

HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar [Bauen, Wohnen, Denken]*. Tradução de Carlos Botelho. Revisão de Pedro Marques de Abreu. Pfullingen: Günther Neske, 1954. Online. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/heidegger-construir-habitar-pensar-2-pdf-free.html>. Acesso em: 27 set. 2025.

INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE – IDMC. *7 years into the conflict, solutions to displacement in Cabo Delgado remain elusive*, 2024. Online. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/expert-analysis/7-years-into-the-conflict-solutions-to-displacement-in-cabo-delgado-remain-elusive/>. Acesso em 22 set. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Moçambique: Cabo Delgado – da insurreição à reconciliação?* África Report n.º 303, 11 de junho de 2021. Online. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/303-mozambique-cabo-delgado-insurgency-reconciliation>. Acesso em: 13 set. 2025.

MALUNGUISSE, Dércia Alberto; MACARINGUE, Lóide Sambo. Deslocamentos Internos e Extremismo Violento em Cabo Delgado: Que implicações para a Segurança do Estado? *Mensal: Boletim do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais*, Maputo, v. 32, n. 08, p. 17-30, dez. 2022.

MANDAMULE, Uacitissa. *Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone Idai no distrito de Nhamatanda*. Observador Rural, n. 87, fev. 2020. Maputo: Observatório do Meio Rural. Online. Disponível em: <https://omrmz.org/omrweb/publicacoes/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

MISSELL, Daniel. A integração socioeconómica das mulheres deslocadas internamente devido ao conflito em Pemba, Cabo Delgado. *Observador Rural*. Maputo: Observatório do Meio Rural, 2024. n. 149.

MOÇAMBIQUE. Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos. Direcção Nacional de Habitação. *Guião de construção de habitação resiliente*. Maputo: Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Direcção Nacional de Habitação. Maputo, 2020.

MOÇAMBIQUE. *Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das zonas afetadas pelo terrorismo (2021-2024)*. Maputo: INGD, 2021.

MOÇAMBIQUE. *Programa de alojamento pós-ciclone (PALPOC)*: Promovendo Recuperação Resiliente de Alojamento e Infraestruturas em Comunidades afectadas pelos Ciclones. Dondo: INGD, 2019.

MUKADZI – Colaboratório Feminista. *Passado, presente e futuro na voz das mulheres e raparigas afetadas pelo conflito em Cabo Delgado*: uma análise feminista: relatório-síntese. Maputo: Mukadzi – Colaboratório Feminista, 2022. Disponível em: https://muthiana.com/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio-Pesquisa-Cabo-Delgado_ultima-versao-corrigida_26.07.22.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

OCHA. MOZAMBIQUE - Ciclone Tropical Intenso Chido: Actualização No. 4. *Relatório Humanitário*. Pemba, Moçambique: OCHA, 2024. Online. Disponível em: https://mozambique.un.org/sites/default/files/2024-12/MOZAMBIQUE_Tropical%20Cyclone%20CHIDO_Flash%20Update%234-201224%20FINAL_PT.pdf Acesso em: 14 set. 2025.

OCHA. *Plano de resposta rápido: província de Cabo Delgado, Moçambique*. Maputo, 2020.

OIM. DTM Ciclone Tropical Chido | Moçambique: Actualização Rápida: 31 de Dezembro de 2024. *Relatório da OIM*. Pemba, Moçambique: OIM, 2024. Online. Disponível em: https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbd11461/files/reports/Mozambique__Tropical_Storm_CHIDO_Final_Flash_Update_311224_Pt_pt_0_0_0.pdf?iframe=true. Acesso em: 14 set. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES, PNUD. *Relatório de avaliação do impacto dos desastres em Moçambique*. Maputo, 2022.

RODRIGUES, Mery. Moçambique Preso a um Ciclo Vicioso de Reconstrução e Perdas pós-Ciclones. *Governança Ambiental/Terra*, Maputo, n. 6, maio 2025. Online. Disponível em: <https://www.cipmoz.org/>. Acesso em: 14 set. 2025.

SAMBO, Michael Godet; BUßLER, Phyllis. Ide como meio de desenvolvimento comunitário? Relações entre negócios e sociedade em torno dos projectos prosavana e wanbao em Moçambique. In: CHAIMATE, Egídio *et al.* (Org.). *Desafios para Moçambique 2023-2024*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos - IESE, 2024. p. 355-388.

SARTORIO, Letícia Figueiredo; FRANZ, Juliana Cristina. A interpretação da cultura na geografia: origem, identidades e códigos culturais. *Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia*, Uberlândia, v. 24, n. 93 jun./2023 p. 54-64, DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG249365531>.

SEGAUD, Marion. *Antropologia do espaço*: habitar, fundar, distribuir, transformar. Trad. Eric R. R. Heneault. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

SEKELEKANI. *Deslocados de guerra em Cabo Delgado*: Narração de Sofrimento. Moçambique, Sekelekani, 2021.

SOUZA, Maressa Fonseca e. *Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e Posses, em Viçosa - MG*. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

UN-HABITAT. *A dimensão territorial dos deslocamentos no norte de Moçambique*. Maputo, 2ª edição. UN-Habitat Moçambique, 2021.

UN-HABITAT. *Moçambique Perfil de Habitação*. Maputo: UN-Habitat Moçambique, 2018.

UN-HABITAT. *Promover a urbanização sustentável em Moçambique como motor de desenvolvimento socioeconómico, da resiliência climática e da paz*. Maputo, 2023. Online. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/07/mocambique_resumo_nacional_pt.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.